

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Eng **HUDSON MACHADO MOREIRA**

**A participação do Brasil em missões internacionais  
depois do Haiti: A possibilidade de atuação do  
Exército Brasileiro com a experiência proporcionada  
pela participação na MINUSTAH**



Rio de Janeiro

2018

Maj Eng **HUDSON MACHADO MOREIRA**

**A participação do Brasil em missões internacionais depois do Haiti: A possibilidade de atuação do Exército Brasileiro com a experiência proporcionada pela participação na MINUSTAH**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: Cel Inf **NELSON ANGELO DE OLIVEIRA**

Rio de Janeiro  
2018

M838p Moreira, Hudson Machado

A participação do Brasil em missões internacionais depois do Haiti: A possibilidade de atuação do Exército Brasileiro com a experiência proporcionada pela participação na MINUSTAH. / Hudson Machado Moreira. —2018.

61 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Nelson Angelo de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 59-61.

1. Missão de Paz. 2. MINUSTAH. 3. Experiência 4. BRABAT I. Título.

CDD 355

Maj Eng **HUDSON MACHADO MOREIRA**

## **A participação do Brasil em missões internacionais depois do Haiti: A possibilidade de atuação do Exército Brasileiro com a experiência proporcionada pela participação na MINUSTAH**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### COMISSÃO AVALIADORA

---

**Nelson** Angelo de Oliveira - Cel Inf - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Guilherme **Naves** Pinheiro - TC Inf - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Glauber Corrêa **Netis** Teles - TC Inf - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Lelê e aos meus filhos Victor Hugo, Vinicius e Vitória o agradecimento pelo constante incentivo e pelo apoio prestado em todos os momentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, nosso criador e orientador maior, pelas responsabilidades e desafios concedidos a minha pessoa, que me fazem melhorar como ser humano a cada dia.

Ao Coronel Nelson Angelo de Oliveira, pela constante orientação durante todo o período de elaboração do trabalho e pelo incentivo e confiança depositada. Seu conhecimento e serenidade foi de vital importância para que eu pudesse realizar o trabalho com tranquilidade e eficiência.

Ao Major Moacir Mendonça Lima, pela camaradagem e pelo apoio prestado.

Aos meus pais Lamartine Lúcio Duarte Moreira e Maria de Fátima Machado Moreira, por ter me concebido a vida e pela educação e ensinamentos que me proporcionaram. A vocês minha eterna gratidão.

À minha esposa e meus filhos, pelo apoio e companheirismo, principalmente, pela compreensão, quando o curso e este trabalho foram priorizados. Vocês são minha base. Amo vocês.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho fosse produzido. Muito obrigado.

## RESUMO

Em 2017 terminou a Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). O Exército Brasileiro (EB) teve destacada participação nesta missão de paz ao longo de 13 anos. Após o fim dessa missão, foi necessário verificar qual a experiência produzida pela mesma para a atuação do EB em missões de paz. A presente pesquisa verificou a experiência para a preparação, o emprego e a doutrina. No preparo foi verificado a composição e cursos realizados pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), o qual foi criado em função das necessidades da MINUSTAH, e tornou-se referência na preparação deste tipo de atividade. No emprego, foi analisado a composição e missões executadas pelo Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT), Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) e Destacamento de Operações Psicológicas (DOP), destacando-se as inovações ocorridas. Também foram verificadas as principais mudanças nas atividades de Cooperação Civil-Militar (CIMIC). Na Doutrina Militar Terrestre (DMT) foi verificada a contribuição por meio da análise dos fatores geradores de capacidade: doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI). Por fim, chegou-se a um resultado da experiência da Força Terrestre para participar de outras missões de paz.

Palavras-chave: Missão de Paz, MINUSTAH, experiência, BRABAT, BRAENGCOY, CCOPAB, CIMIC e DOAMEPI.

## RESUMEN

En 2017 terminó la Misión de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH). El Ejército Brasileño (EB) tuvo destacada participación en esta misión de paz a lo largo de 13 años. Después del fin de esa misión, fue necesario verificar cuál es la experiencia producida por la misma para la actuación del EB en misiones de paz. La presente investigación verificó la experiencia para la preparación, el empleo y la doctrina. En la preparación se verificó la composición y cursos realizados por el Centro Conjunto de Operaciones de Paz de Brasil (CCOPAB), el cual fue creado en función de las necesidades de la MINUSTAH, y se hizo referencia en la preparación de este tipo de actividad. En el empleo, se analizó la composición y misiones ejecutadas por el Batallón de Infantería de Fuerza de Paz (BRABATT), Compañía de Ingeniería de Fuerza de Paz (BRAENGCOY) y Destacamento de Operaciones Psicológicas (DOP), destacándose las innovaciones ocurridas. También se verificaron los principales cambios en las actividades de Cooperación Civil-Militar (CIMIC). En la Doctrina Militar Terrestre (DMT) se verificó la contribución por medio del análisis de los factores generadores de capacidad: doctrina, organización, adiestramiento, material, educación, personal e infraestructura (DOAMEPI). Por fin, se llegó a un resultado de la experiencia de la Fuerza Terrestre para participar en otras misiones de paz.

Palabras clave: Misión de Paz, MINUSTAH, experiencia, BRABAT, BRAENGCOY, CCOPAB, CIMIC y DOAMEPI.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Organograma do BRABAT.....	01
Figura 02 - Organograma da BRAENGCOY.....	02
Figura 03 - Trabalhos de desobstrução de ruas em Porto Príncipe.....	03
Figura 04 - Recuperação do asfalto em Porto Príncipe.....	04
Figura 05 - Perfuração de poço para comunidade em Porto Príncipe.....	05
Figura 06 - Ponte de equipagem lançada pela BRAENGCOY.....	06
Figura 07 - Meios de construção da BRAENGCOY.....	07
Figura 08 - Fachada do CCOPAB.....	08
Figura 09 - Organograma do CCOPAB.....	09

## LISTA DE ABREVIATURAS

AOR	Área Operacional de Responsabilidade
BRABATT	Batalhão de Infantaria de Força de Paz do Brasil
BRABAT 1	1º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do Brasil
BRABAT 2	2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz do Brasil
BRAENGCOY	Companhia de Engenharia de Força de Paz do Brasil
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
Cia	Companhia
Cia E F Paz	Companhia de Engenharia de Força de Paz do Brasil
Cia Fuz F Paz	Companhia de Fuzileiros de Força de Paz
CIOPaz	Centro de Instrução de Operações de Paz
CIMIC	Coordenação Civil-Militar
CLACH	Célula Logística de Apoio ao Contingente do Haiti
COLOG	Comando Logístico
CONTBRAS	Contingente Brasileiro
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DOP	Destacamento de Operações Psicológicas
EB	Exército Brasileiro
Esqd Fuz Mec F Paz	Esquadrão de Fuzileiro Mecanizado de Força de Paz
END	Estratégia Nacional de Defesa
GC	Grupo de Combate
Gpt Op Fuz Nav	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas no Haiti
OMP	Operações de Manutenção da Paz
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política Externa Brasileira
Pel C Mec	Pelotão de Cavalaria Mecanizado
PF	Ponto Forte

PND	Política Nacional de Defesa
PNH	Polícia Nacional Haitiana
QIP	Projeto de Impacto Rápido
U	Unidade
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNPOL	Polícia das Nações Unidas
UNSCOB	Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1	PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVO.....	16
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	16
1.2.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	16
1.3	VARIÁVEIS.....	16
1.4	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	17
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
2.1	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB).....	18
2.2	A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	22
3	<b>METODOLOGIA</b> .....	28
3.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.2	CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	29
3.3	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	29
4	<b>A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MINUSTAH</b> .....	31
4.1	O BATALHÃO DE INFANTARIA DE FORÇA DE PAZ.....	31
4.1.1	<b>Patrulhas Mecanizadas</b> .....	33
4.1.2	<b>Reconhecimento operacional</b> .....	34
4.1.3	<b>Segurança de pessoal e instalações durante catástrofes naturais</b> ...	34
4.1.4	<b>Escolta de comboios</b> .....	34
4.1.5	<b>Operações de cerco</b> .....	35
4.2	A COMPANHIA DE ENGENHARIA DE FORÇA DE PAZ.....	36
4.3	COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR.....	41
5	<b>CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL</b> .....	44
6	<b>EVOLUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE BASEADA NA EXPERIÊNCIA DA MINUSTAH</b> .....	49
6.1	DOCTRINA.....	50
6.2	ORGANIZAÇÃO.....	51
6.3	ADESTRAMENTO.....	51

6.4	MATERIAL.....	52
6.5	EDUCAÇÃO.....	52
6.6	PESSOAL.....	53
6.7	INFRAESTRUTURA.....	53
7	<b>CONCLUSÃO</b> .....	55
8	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), vem participando de operações de paz, a fim de contribuir para a manutenção da paz, segurança internacional e intensificar a sua projeção e maior inserção no concerto das nações. Suas relações internacionais são baseadas no art. 4º da Constituição Federal, abrangendo os princípios de autodeterminação, não-intervenção, igualdade entre os Estados e solução pacífica de conflitos.

A Política Externa Brasileira (PEB) procura manter sua atuação no contexto global baseada em princípios que caracterizam a tradição do Brasil e consolida sua imagem de acordo com os interesses nacionais. O empenho brasileiro em assuntos de segurança e defesa internacional é visto como pacífico, devido ao incentivo dos meios diplomáticos como solução para conflitos armados, fortalecendo seu posicionamento de suporte à multilateralidade (SÁ, 2015 apud LIMA, 2017, p.12).

“Além do mais, a Política Nacional de Defesa (PND) (2016b) destaca que a participação do Brasil em operações internacionais, por intermédio das Forças Armadas, permite o estreitamento dos laços de cooperação com outras nações e a Estratégia Nacional de Defesa (END) (2016a) ressalta que o Exército Brasileiro deve ter a capacidade de projeção de poder, quer para operações de paz ou para ajuda humanitária, em prol de uma estratégia de inserção internacional brasileira” (LIMA, 2017, p. 12-13).

A primeira participação do Brasil em missão de paz da ONU foi estabelecida em outubro de 1947, onde enviou à Grécia três oficiais, um de cada Força Armada, para participar da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB). Em 1956, o Brasil enviou um Batalhão ao Canal de Suez para atuar na Força de Emergência das Nações Unidas. A partir daquele momento, passou a participar de diversas missões de paz (MENDONÇA, 2017, p. 01).

O Brasil assumiu a liderança da força militar internacional na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) em 2004. Esta missão de paz foi criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril daquele ano, por meio da Resolução n.º 1542, com contingentes de vários países, como Argentina, Bolívia, Chile, Coréia do Sul, Equador, Filipinas, Guatemala, Japão, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Sri Lanka e Uruguai. Na estrutura da missão, também trabalharam outros países, como Canadá, Estados Unidos e França (MENDONÇA, 2017, p. 02).

A presença das tropas brasileiras na MINUSTAH teve grande vulto na política externa e na projeção do país no âmbito internacional. Além disso, a permanência dos soldados no solo haitiano representou não somente a ambição do Brasil em conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, mas também a preocupação com o grau de prontidão das suas forças armadas (DA SILVA, 2017, p. 06).

A tarefa de enviar contingentes para missões de paz requereu grande preparação operacional, logística e administrativa. A partir de 2004, quando iniciou a participação brasileira na MINUSTAH, o Exército Brasileiro (EB) sentiu a necessidade de aprimorar os processos de preparação da tropa, criando dispositivos de regulamentação, controle e adestramento (DA SILVA, 2017, p. 06-07).

Foi criado o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) que recebeu a missão de difundir a doutrina de operações de paz para os quadros enviados para a missão, constituindo-se grande consolidador dos ensinamentos colhidos na missão (DA SILVA, 2017, p.07).

O CCOPAB passou a preparar dois Batalhões de Infantaria e uma Companhia de Engenharia para serem desdobrados no Haiti, permitindo um enriquecimento doutrinário e garantindo a excelência das atividades no terreno (SERRANO, 2017, p.02).

“Desde então, vários contingentes estão sendo enviados para o país caribenho, após passarem por 06 meses de intensa preparação no Brasil, e que, durante a missão, executam operações militares diariamente, ganhando grande experiência em operações” (DA SILVA, 2017, p. 07).

Após o terremoto, em 12 de janeiro de 2010, o Brasil aumentou a participação na MINUSTAH, com um contingente de cerca de dois mil homens. Desde 2004, cerca de 37.500 militares das três Forças (Marinha, Exército e Força Aérea) integraram as tropas. Além disso, a liderança do componente militar esteve sempre sob a responsabilidade de um oficial-general do Exército Brasileiro (MENDONÇA, 2017, p. 02).

“As principais missões das tropas foram contribuir para a manutenção de ambiente seguro e estável; cooperar com as atividades de assistência humanitária e de fortalecimento das instituições nacionais; realizar operações militares de manutenção da paz em sua área de responsabilidade; e cooperar com a reconstrução da nação haitiana por meio de trabalhos de engenharia” (MENDONÇA, 2017, p. 02).

Após os treze anos de presença no Haiti, quando a ONU estendeu, pela última vez, o mandato da (MINUSTAH), o EB iniciou a desmobilização dos seus integrantes, tornando-se adequado uma breve reflexão acerca da experiência dessa atuação. (SANTOS, 2017, p. 01).

Desde meados do século XX, o Brasil tem tido uma participação bastante relevante nas missões de paz. Segundo MENDONÇA (2017, p. 02), até o presente momento, a ONU operou em 71 missões de paz, das quais 38 tiveram a participação do Brasil. Na atualidade, das 16 missões da ONU, o Brasil atua em 11.

A MINUSTAH foi a missão de paz de maior envergadura que o Brasil já participou, proporcionando uma oportunidade de avaliar o grau de preparo da força terrestre e de obter avanços operacionais e logísticos para o Exército (DA SILVA, 2017, p. 06).

A participação do Exército Brasileiro na MINUSTAH foi muito importante para esta Força Armada, pois a situação imposta na missão e o tempo de permanência proporcionaram diversas experiências e aprimoramentos para o mesmo. Com o término desta missão, o conhecimento da experiência proporcionada pela mesma facilitará o emprego da Força Terrestre em missões futuras, uma vez que será conhecido a possibilidade de atuação do Exército do Brasil em missões internacionais.

De acordo com o previsto na Constituição Federal e na Política Nacional de Defesa, o Brasil deverá contribuir para a manutenção da paz e intensificar a sua projeção no concerto das nações, onde a participação eficiente e eficaz em uma missão de paz proporcionará o cumprimento do elencado acima.

Em face do exposto, este trabalho tem como premissa básica realizar uma pesquisa bibliográfica enfatizando um estudo acerca da possibilidade de atuação do Exército Brasileiro em missões de paz em função da experiência proporcionada pela participação na MINUSTAH.

## 1.1 O PROBLEMA

Diante do cenário anteriormente elencado, torna-se necessário verificar os ganhos que o Exército Brasileiro teve com a participação na missão do Haiti, chegando ao seguinte questionamento: a experiência adquirida com a participação do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH),



nos anos de 2004 até 2017, contribuiu para a capacitação desta Força Armada para atuar em outras missões internacionais?

## 1.2 OBJETIVOS

Segundo CRESWELL, a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada e destacada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo (CRESWELL, 2010). Assim, esta pesquisa apresenta o seu objetivo geral e os seus três objetivos específicos.

### 1.2.1 Objetivo geral

- Analisar a possibilidade de atuação do Exército Brasileiro (EB) em missões internacionais com a experiência proporcionada pela participação na MINUSTAH.

### 1.2.2 Objetivos específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho foram formulados alguns objetivos específicos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados em seguida:

- a) Apresentar a atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH.
- b) Apresentar o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).
- c) Apresentar a evolução da Doutrina Militar Terrestre baseada na experiência da MINUSTAH.

## 1.3 VARIÁVEIS

No que diz respeito ao tema “A participação do Brasil em missões internacionais depois do Haiti: A possibilidade de atuação do Exército Brasileiro com a experiência proporcionada pela participação na MINUSTAH”, sinteticamente, serão

manipuladas duas variáveis no esforço de resolver o problema da pesquisa. A variável dependente será a atuação do Brasil em missões internacionais. A variável independente será a experiência proporcionada ao EB pela participação na MINUSTAH.

<b>Variável independente</b>	<b>Variável dependente</b>
A experiência proporcionada ao EB pela participação na MINUSTAH	A atuação do Brasil em missões internacionais

**Quadro 1 – Definição conceitual das variáveis**

Fonte: o autor

#### 1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O Brasil, por meio de sua política externa pacífica e multilateral, busca contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacional, intensificar a sua projeção no concerto das nações e aumentar sua inserção em processos decisórios internacionais.

Para atingir estes objetivos, o protagonismo do Brasil em missões de paz cresce de importância. Ressalta-se, também, que o Brasil é candidato a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, onde a participação nestas missões pode contribuir para projetar a imagem brasileira perante a ONU.

Em 2018, a ONU solicitou ao Brasil o envio de um contingente de missão de paz para a República Centro-Africana, havendo ainda, a possibilidade de um possível pedido para atuação no Congo.

Dentro deste contexto, as Forças Armadas Brasileiras assumem um papel de importância nesta questão, pois as mesmas serão o elemento brasileiro empregado para cumprir as missões internacionais em qualquer local do mundo. Desta maneira, essa pesquisa pode fornecer dados para uma análise sobre atuação do EB em missão de paz, a fim de apoiar a política externa brasileira.

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante atualmente no país com base nos fatores acima elencados, os quais puderam demonstrar a importância do assunto desta pesquisa para o Exército Brasileiro, para o Brasil e para o mundo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção promove um debate sobre os dois principais conceitos que servem como lente conceitual para a consecução da presente pesquisa: Política Externa Brasileira (PEB) e Projeção Internacional do Exército Brasileiro. Em vista disso, esses conceitos serão debatidos sob múltiplos enfoques com o intuito de evidenciar distintas percepções e possibilitar a execução da pesquisa propriamente dita.

### 2.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB)

A política externa brasileira apresenta objetivos políticos que visam proteger os interesses nacionais, em especial os que são relativos à segurança nacional e ao desenvolvimento econômico (MILANI, 2014 apud LIMA, 2017, p. 20).

O multilateralismo é uma das bases da PEB e sua defesa identifica na participação em organizações internacionais uma forma de maior integração, em especial entre os países em desenvolvimento, num ambiente de tomada de decisões que não incluem apenas as grandes potências, o que pode ser observado como uma maneira de retificar os desequilíbrios do sistema internacional (SÁ, 2015 apud LIMA, 2017, p. 20).

A partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, o sistema internacional sofreu alterações em sua dinâmica de funcionamento que foram percebidas através do fortalecimento do multilateralismo e das organizações internacionais, principalmente da ONU. Então, estas mudanças refletiram na política externa brasileira a partir da busca de uma maior inserção internacional do Brasil, contribuindo para o aumento da participação do país nos órgãos multilaterais (FAÇANHA, 2017 apud LIMA, 2017, p. 20).

Segundo KENKEL (apud LIMA, 2017, p. 20) desde 2003, mudou-se vários elementos da política externa brasileira, principalmente sobre o papel internacional do país, e quanto ao crescente apoio a solidariedade democrática e humanitária no nível regional, como ocorreu na contribuição e liderança militar na MINUSTAH, desde o mês de junho de 2004.

Ainda, buscou-se estabelecer estratégias que combinavam solidariedade e firmeza, com estrito respeito ao direito internacional. Desta forma, atendeu a

convocação da ONU no Haiti, visando o desenvolvimento e a eliminação das causas da instabilidade no País (ROMÃO, 2012 apud LIMA, 2017, p. 20).

Assim, a busca por um perfil mais desenvolvido no cenário regional e internacional encontrou no Haiti uma forma de projeção. A presença brasileira na MINUSTAH, com o envio de tropa e a liderança do Brasil de todo o contingente militar da missão, vinculou diretamente esse envolvimento à ideia afirmada pela diplomacia de cooperação em política que busca promover a paz nacional e internacional (SÁ, 2015 apud LIMA, 2017, p. 21).

A política externa brasileira possui traços de uma típica potência emergente, não tendo uma influência substantiva na política mundial. Logo, busca agir através de instituições multilaterais; apoia as normas e regras internacionais; prefere a resolução pacífica dos conflitos; e mantém a “boa cidadania” nas relações internacionais, priorizando o espaço cooperativo e buscando o enfraquecimento da ação unilateral das grandes potências (KENKEL, 2010 apud LIMA, 2017, p. 21).

Os princípios das relações internacionais previstos na Constituição Federal do Brasil (1988) permitem que o país tenha uma postura ativa em relação às operações de paz. Com isso, o Brasil busca o respeito aos direitos humanos, a defesa da paz, ao não intervencionismo e a autodeterminação dos povos, visando a cooperação entre os Estados para o desenvolvimento da humanidade (MACHADO, 2009 apud LIMA, 2017, p. 21).

Segundo LIMA (2017, p. 21), a Política Nacional de Defesa, documento que estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los, relata sobre a participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade global, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de segurança e defesa, contribuindo para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.

Segundo Romão (2012 apud LIMA, 2017, p. 21), a presença do Brasil em missões de paz resulta da tradição multilateral brasileira existente desde antes da ONU, consolidando a posição de defesa da igualdade entre os Estados e a democratização das relações internacionais.

Além disso, com o acréscimo das ações das Nações Unidas, a estratégia da PEB está concretizada na participação ativa nos debates sobre a reforma da

organização da ONU e do seu Conselho de Segurança, na formulação de novas normas internacionais e na disposição do Brasil em ajudar nas tarefas da Organização, sendo a de maior destaque as missões de paz (FAÇANHA, 2017 apud LIMA, 2017, p. 21).

O Brasil tem a ONU como um foro privilegiado para afirmar os dois pilares de sua política externa, que são a primazia dos marcos jurídicos internacionais e do multilateralismo, contribuindo para o equilíbrio de poder mundial (FAÇANHA, 2017 apud LIMA, 2017, p. 22).

O Estado brasileiro defende a ampliação do Conselho de Segurança da ONU com a meta de inserir novos países, principalmente os que estão em desenvolvimento. Então, o Brasil lançou-se candidato a membro permanente do CSNU durante o governo de Itamar Franco, baseado na tradição legalista de sua política externa e do seu papel de mediador internacional, sendo o país que mais esteve presente no assento não permanente do Conselho de Segurança, depois do Japão (FAÇANHA, 2017 apud LIMA, 2017, p. 22).

A conquista de um assento no CSNU permitiria ao Brasil a presença mais ativa no ambiente multilateral, de forma que seu ponto de vista possa influenciar na confecção de normas de conduta da gestão da ordem mundial, garantindo maior autonomia nas ações brasileiras e tornando o Brasil a voz dos países latino-americanos no âmbito da ONU (FAÇANHA, 2017 apud LIMA, 2017, p. 22).

Assim sendo, o incremento da participação brasileira nas operações de paz da ONU se insere no esforço do governo brasileiro em atingir o objetivo de tornar-se um membro permanente do CSNU, favorecendo a inserção do Brasil no nível global (FAÇANHA, 2017 apud LIMA, 2017, p.22).

De acordo com Sá (2015 apud LIMA, 2017, p. 22), a defesa do Brasil pela solução pacífica de conflitos pode definir o perfil do país através da doutrina de que se quer manter a paz, proteger os direitos humanos e construir soluções negociadas para problemas comuns, são o modo mais efetivo de aproximar Estados e resolver problemas pela via multilateral.

A atuação externa brasileira, baseada na tradição grociana, está em conformidade com as normas internacionais, com o direito internacional, com os princípios democráticos e com a resolução pacífica de conflitos. Logo, a atuação do Brasil na MINUSTAH foi uma fonte de prestígio internacional, uma vez que o país liderou o componente militar da missão, contribuindo para o avanço dos interesses

nacionais brasileiros, sendo o principal o desenvolvimento econômico, pois sua participação nas missões reforçou a imagem que o país construiu por meio da coerência das suas ações no sistema internacional (FAÇANHA, 2017 apud LIMA, 2017, p. 22).

Segundo Morgenthau (2003 apud LIMA, 2017, p. 23) a política reconhecida seria um instrumento para manter o status quo que um país possui, constituindo uma maneira de convencer os outros países do poder que de fato possui ou do poder que desejaria que os outros acreditassem que o país possui. Desta maneira, o país teria mais autonomia na defesa dos interesses nacionais. Assim, o prestígio pode ser considerado um dos principais motivadores para a participação brasileira nas missões de paz.

Destaca-se também, que no Brasil já está consolidado o processo decisório para o envio de tropas para operações de paz, envolvendo o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Presidência da República e o Congresso Nacional, cabendo a este a aprovação por Decreto Legislativo do envio de tropas e suas dimensões (ROMÃO, 2012 apud LIMA, 2017, p. 23).

Quando ocorreu o terremoto no Haiti, o Brasil participou como signatário da Declaração de Quito, documento em que os países da UNASUL expressaram solidariedade ao Haiti e decidiram contribuir para que a cooperação internacional chegasse aos haitianos de acordo com as necessidades, respeitando a soberania nacional e o princípio da não intervenção (ROMÃO, 2012 apud LIMA, 2017, p. 23).

Assim sendo, as motivações do Brasil para participar das operações de paz são:

a. Internas: cumprir os princípios do Artigo 4º da CF/88, treinar as Forças Armadas e promover o papel dos militares na sociedade.

b. Bilaterais/regionais: solidarizar-se com o país egresso de conflitos, adensar relação com o país anfitrião ou países vizinhos, adensar relações com outros contribuintes de tropas e promover o comércio e os investimentos brasileiros.

c. Institucionais: legitimar candidatura à vaga permanente no CSNU, fortalecer o multilateralismo e solução pacífica dos conflitos, maximizar a influência brasileira no CSNU durante biênios eletivos e demonstrar capacidade de mobilização. (UZIEL, 2009 apud KENKEL, 2011 apud LIMA, 2017, p. 23).

## 2.2 A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O poder em sua expressão mais simples é a aptidão de impor a sua vontade. Por meio da aplicação do poder pode-se atingir os objetivos estabelecidos pela política. O poder é uma síntese de vontades e de meios de toda ordem, destinado a assegurar a ordem, equilíbrio, coerência e desenvolvimento. Logo, a aplicação do poder é baseada em dois elementos: a vontade de agir e a capacidade dos meios para atingir os objetivos propostos (MACHADO, 2009 apud LIMA, 2017, p. 24).

O Poder Nacional foi definido no manual de Doutrina Militar de Defesa como a capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, de alcançar e manter os objetivos nacionais. O Poder Nacional manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico tecnológica (LIMA, 2017, p. 24).

Cabe ressaltar que os objetivos nacionais são aqueles que a nação busca satisfazer, decorrente do levantamento de necessidades, interesses e aspirações, em certa fase de sua evolução histórico-cultural (BRASIL, 2011 apud LIMA, 2017, p. 24).

Os objetivos nacionais são classificados em três grupos a saber: os objetivos fundamentais (democracia, integração nacional, integridade do patrimônio nacional, paz social, progresso e soberania), voltados para o atingimento dos mais elevados interesses da nação e preservação de sua identidade; os objetivos de Estado, considerados relevantes para a conquista e manutenção dos objetivos fundamentais; e os objetivos de governo, voltados para o atendimento imediato de necessidades e interesses, decorrentes da conjuntura em um ou mais períodos de governo (BRASIL, 2011 apud LIMA, 2017, p. 24).

A principal finalidade do Poder Nacional é atingir os objetivos nacionais, tanto no ambiente nacional, voltados para a segurança e o desenvolvimento, quanto no internacional, voltados para a afirmação da soberania e para a projeção do País. Em ambos, também se emprega a expressão militar do Poder Nacional (MACHADO, 2009 apud LIMA, 2017, p. 24).

A expressão militar do Poder Nacional se manifesta quando o conjunto de homens e meios da nação, essencialmente militar, atua com a vontade nacional e sob a direção do Estado, contribuindo para alcançar os objetivos nacionais (BRASIL, 2011 apud LIMA, 2017, p. 24).

De acordo com o manual de Doutrina Militar de Defesa, uma das principais estratégias de emprego das Forças Armadas brasileiras é a projeção de poder, por meio da atuação da expressão militar no cenário internacional, como foi o caso do EB na MINUSTAH, possibilitando obter o respeito internacional do país. A citada atuação pode ser por iniciativa própria ou atendendo solicitações provenientes de acordos externos, buscando a dissuadir ameaças e apoiar os interesses brasileiros relacionados com a manutenção da paz internacional (LIMA, 2017, p. 24).

A projeção do Poder Nacional foi definida no Manual Básico: Elementos Fundamentais, da Escola Superior de Guerra como o processo pelo qual a Nação aumenta, de forma pacífica, sua influência no cenário internacional, por intermédio da manifestação produzida com recursos de todas as Expressões de seu Poder Nacional (LIMA, 2017, p. 25).

Logo, a inserção do Brasil no contexto global se processa nos diversos campos do poder, da seguinte forma: no político, através da participação em fóruns e organizações internacionais dos mais altos níveis; no econômico, com a participação do Brasil no comércio exterior; e no militar, por meio das Forças Armadas, buscando a cooperação e integração nos assuntos de defesa no ambiente regional e global (MACHADO, 2009 apud LIMA, 2017, p. 25).

A expressão militar, ao atuar, ocasiona consequências para sua própria dimensão bem como também impacta as demais expressões do Poder Nacional, permitindo o desenvolvimento de capacidades do país (BRASIL, 2014 apud LIMA, 2017, p. 25).

As Forças Armadas brasileiras são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sob a autoridade suprema do Presidente da República, destinadas à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, bem como coopera com o desenvolvimento nacional e a projeção do Brasil no cenário mundial, principalmente através da participação em operações internacionais (BRASIL, 2017 apud LIMA, 2017, p. 25).

Destaca-se ainda, que a participação das Forças Armadas, como expressão militar do Poder Nacional, será sempre como respaldo à ação política (interna ou externa) do governo brasileiro (BRASIL, 2007 apud LIMA, 2017, p. 25).

De acordo com o manual de Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa do Brasil, o emprego das Forças Armadas pode ocorrer na situação de não guerra (onde o poder de combate é usado de forma limitada), nos casos de ações sob



a égide de organismos internacionais e/ou emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise (LIMA, 2017, p. 25).

Então, o Exército, ao desenvolver capacidades, atuando isoladamente ou integrado às demais Forças, busca atender a três condições: garantir a defesa do território, projetar poder a fim de assegurar outros interesses vitais e atender às demandas da política exterior em favor da paz internacional (LIMA, 2017, p. 25).

Uma das novas capacidades consideradas prioritárias é a projeção internacional do EB em apoio à política externa brasileira. Assim, verifica-se como as ações dos contingentes militares na MINUSTAH são proeminentes para o EB e para o país (BRASIL, 2014 apud LIMA, 2017, p. 26).

A participação efetiva das Forças Armadas em apoio à política externa do país é um objetivo militar de defesa, previsto na Política Militar de Defesa (BRASIL, 2005 apud LIMA, 2017, p. 26).

Em conformidade com a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), no nível geral, busca-se a ampliação da projeção do EB no cenário internacional, ou seja, aumentar a participação do Exército no ambiente global, quantitativa e/ou qualitativamente, contribuindo para a implantação de novos e efetivos sistemas de Doutrina Militar Terrestre e de Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2016 apud LIMA, 2017, p. 26).

Cabe ressaltar que o EB segue, além dos preceitos constitucionais, os seguintes princípios, na condução de suas atividades internacionais (BRASIL, 2016 apud LIMA, 2017, p. 26):

- Unidade de Ação: as ações do Exército na área internacional estão em consonância com a Política Externa Brasileira e com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Defesa, consolidando a aplicação do princípio de Unidade de Ação Exterior do Estado; e

- Respeito aos acordos: as ações do EB no âmbito bilateral ou multilateral estão alinhadas com os acordos e compromissos internacionais ratificados pelo Brasil.

Nessa direção, o Exército colabora com a PEB na concepção de ampliar a presença brasileira como protagonista, em particular nas missões de paz junto aos organismos internacionais e, em especial, junto às Nações Unidas, como se verifica na MINUSTAH (BRASIL, 2016 apud LIMA, 2017, p. 26).

Segundo a DAEBAI, nas normas gerais que regulam as atividades da Força Terrestre na área internacional consta a diplomacia militar, que visa promover

intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, a fim de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial (LIMA, 2017, p. 26).

Um dos propósitos da diplomacia militar para o Exército é contribuir para manter a ordem global estável, através da participação em ajuda humanitária e operações de paz sob a égide dos organismos internacionais e regionais. No Haiti, o foco atual do esforço é a cooperação na área militar, tendo em vista a longa permanência de contingentes militares brasileiros nesta nação (BRASIL, 2016 apud LIMA, 2017, p. 26).

Com isso, o Exército Brasileiro exercendo a diplomacia militar, realiza suas atividades internacionais buscando atingir os Objetivos Nacionais de Defesa, constantes da PND, e as demandas da PEB, particularmente quanto a auxiliar na projeção de uma imagem positiva do Brasil como ator global, contribuindo para a manutenção da paz, da segurança internacional e da integração regional (BRASIL, 2016 apud LIMA, 2017, p. 27).

Segundo Nasser (apud LIMA, 2017, p. 27), o processo decisório brasileiro para o EB compor a MINUSTAH foi baseado na prestação de solidariedade a um país da zona de influência brasileira e no aumento do perfil de atuação multilateral do Brasil, principalmente com a disposição da comunidade internacional em delegar aos brasileiros a responsabilidade pela liderança do componente militar da missão, proporcionando reaparelhamento das tropas brasileiras e a reconfiguração do papel institucional dos militares no cenário internacional.

Cabe destacar que na política externa brasileira existe a estratégia baseada no desejo de projeção de poder do Brasil no mundo, tanto multilateral, no sentido de aumentar o perfil de participação brasileira na moldagem da paz e da segurança internacionais, como bilateral, no sentido de incrementar a presença diplomática nos países em que tropas brasileiras são empregadas, como foi o caso do Haiti, consolidando o apoio do exército brasileiro no apoio à PEB (NASSER, 2012 apud LIMA, 2017, p. 27).

Além disso, verifica-se na diplomacia brasileira o exercício da solidariedade, através da prestação de auxílio humanitário a sociedades vitimadas por catástrofes, por conflito armado e pelo caos civil, como ocorreu no Haiti. Em face disso, a prestação de auxílio humanitário como foi realizado no pós-terremoto no Haiti revelou um sentimento de responsabilidade da PEB, atendendo o interesse nacional como forma de projeção de poder e inserção do país no cenário internacional no longo prazo

e respaldando o emprego das tropas brasileiras na MINUSTAH (NASSER, 2012 apud LIMA, 2017, p. 27).

No processo de inserção internacional, o Brasil tem como objetivo ser um efetivo ator global e uma potência militar de porte médio, fortalecendo sua política externa. Com isso, o País participa ativamente na construção e manutenção de uma ordem mundial que assegure condições adequadas de segurança (MACHADO, 2009 apud LIMA, 2017, p. 27).

Dessa maneira, o Brasil intensifica sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos internacionais, ampliando a projeção do país no concerto mundial e reforçando seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos (MACHADO, 2009 apud LIMA, 2017, p. 28).

Nesse contexto, a atuação exitosa do contingente militar brasileiro no Haiti foi reconhecida através da renovação dos mandatos da MINUSTAH pelos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de 2004 até 2017, e por países contribuintes com tropas, favorecendo a legitimação do pleito brasileiro de se tornar um membro permanente do CSNU (NASSER, 2012 apud LIMA, 2017, p. 28).

A indicação de generais brasileiros como comandantes do componente militar da MINUSTAH também faz com que o Brasil influenciasse as esferas de tomada de decisão do componente militar nas relações com o governo haitiano e com a comunidade internacional no Haiti, contribuindo para alcançar os objetivos da PEB (NASSER, 2012 apud LIMA, 2017, p. 28).

A participação de um pelotão paraguaio, como parte do contingente brasileiro, a partir de dezembro de 2006, permitiu maior influência dos militares brasileiros no ambiente sul-americano, aumentando a projeção brasileira no contexto regional na esfera militar (LIMA, 2017, p. 28).

Além disso, a partir de 2013, o BRABAT 1 passou a ter um pelotão de militares canadenses que integrava seus quadros, proporcionando maior divulgação das atividades do EB na porção norte do continente americano, bem como estreitando as relações do Brasil e do Canadá (NASSER, 2012 apud LIMA, 2017, p. 28).

Além de todos os fatores que mantêm relação com o emprego das Forças Armadas Brasileiras em operações de paz no contexto da Política Nacional de Defesa e da Política Externa, ocorreu, por parte do Exército Brasileiro, interesses mais específicos na MINUSTAH, pois além ter sido uma fonte de conhecimento técnico

para os militares, também representou o incremento da cooperação militar entre os países latino-americanos (MACHADO, 2009 apud LIMA, 2017, p. 28).

Com isso, o Brasil tem redefinido o papel das Forças Armadas no contexto externo, em que as mesmas aparecem com a missão de promover a estabilidade e a democracia em países com crises, por meio da participação de organizações multilaterais, como as operações de paz da ONU (FAÇANHA, 2017 apud LIMA, 2017, p. 28).

De certa forma, as operações de paz desenvolvem uma forma em que os países emergentes buscam demonstrar seu poder e sua influência no cenário mundial. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, buscam encontrar e manter uma posição dentro do sistema internacional estabelecido para que possam defender mais ativamente seus interesses nacionais específicos. Assim sendo, a participação das tropas brasileiras nas operações de paz da ONU pode derivar do interesse de proteger a ordem internacional e participar dela na posição em que deseja. (SÁ, 2017 apud LIMA, 2017, p. 29).

“A credibilidade resultante da atuação brasileira no Haiti, principalmente no pós-terremoto, propiciou novos convites para emprego brasileiro em demais missões sob a égide da ONU, tais como Congo, Sudão e, mais recentemente, o Líbano. Este fato contribui para expressar a notoriedade política e militar do Brasil no mundo, corroborando para a necessidade de vencer o desafio de desdobrar-se em OMP nos mais distintos cenários” (NAVES, 2010 apud PINHO, 2015, p.15).

Dessa maneira, em relação à projeção do Poder Nacional, o Brasil vem obtendo o reconhecimento internacional pelo trabalho apresentado pelo Exército Brasileiro no Haiti. Tal afirmação é confirmada em razão da ONU ter aumentado as solicitações para o Brasil participar de operações de paz. (DIAS, 2011 apud LIMA, 2017, p. 29)

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade apresentar o caminho que foi percorrido para solucionar o problema de pesquisa, especificando os procedimentos que foram necessários para alcançar os objetivos (geral e específicos) apresentados. Desta forma, pautando-se numa sequência lógica, o mesmo foi estruturado da seguinte maneira:

- 1) Delimitação de Pesquisa;
- 2) Concepção Metodológica; e
- 3) Limitações de Método.

Então, seguindo a taxionomia de Vergara (2009), por meio de uma pesquisa qualitativa, buscou-se verificar a atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH e a experiência proporcionada pela mesma, analisando a possibilidade de participação desta Força Armada em operações de paz futuras.

#### 3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O estudo das condições fisiográficas, econômicas, políticas e psicossociais no Haiti não fizeram parte do trabalho. O fator temporal considerado foi de 2004 (início da MINUSTAH) a 2017 (término da MINUSTAH). Foram incluídas todas as experiências que poderão ser aplicadas em qualquer área do mundo e excluídas aquelas específicas do Haiti.

Segundo a PND, a fim de ampliar a projeção do país no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais. Prevê ainda, que o país deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

Neste sentido, a pesquisa esteve delimitada para o estudo da participação da Força Armada Exército Brasileiro em missões internacionais por meio da experiência adquirida no Haiti, excluindo a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira. Outras missões internacionais que o EB teve participação também foram excluídas.

### 3.2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Essa pesquisa iniciou com uma pesquisa bibliográfica na literatura (livros, manuais, revistas especializadas e militares, normas internacionais, jornais, artigos, internet e trabalhos acadêmicos) com dados pertinentes ao assunto. Nesta oportunidade, foi feita a seleção de toda a documentação que foi utilizada no trabalho.

Em prosseguimento, foi utilizado, a pesquisa documental, via digital, nos arquivos do Centro de Doutrina do Exército, nos documentos e arquivos da biblioteca da ECEME (principalmente as monografias e artigos), onde foi dado ênfase a importância do assunto para a projeção do Exército Brasileiro e seu papel nas missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais.

Durante todo este processo, a pesquisa foi focada em documentos que analisaram a atuação do Exército Brasileiro na MINUSTAH, principalmente com relação ao Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT) e da Companhia de Engenharia de Força de Paz. A preparação dos contingentes brasileiros foi outro objeto de estudo, onde a criação e evolução do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) foi pesquisada. Por fim, foi feita também uma pesquisa em documentos que apresentaram a evolução da Doutrina Militar Terrestre baseada na experiência da MINUSTAH.

As conclusões decorrentes desta pesquisa permitiram verificar como a experiência da atuação na MINUSTAH deixou o EB em condições de participar de outras missões e de projetar o mesmo internacionalmente.

### 3.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Esta subseção tem por finalidade discorrer, de forma sintética, sobre as limitações do método e os reflexos para o resultado da pesquisa.

O método escolhido, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, limitou-se às consultas realizadas pelo autor, que buscou a maior variação possível. Foi de extrema importância a seleção das fontes utilizadas no trabalho, a fim de evitar que a análise fosse subjetiva seja tendenciosa.

Enfim, a metodologia utilizada buscou evidenciar de forma objetiva e clara os objetivos (gerais e específicos) do presente trabalho, a fim de propor a solução do

problema elencado. Com isso, o método escolhido foi acertado e possibilitou alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

## 4 A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MINUSTAH

O Exército Brasileiro, durante sua participação na MINUSTAH, atuou com o Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT) e com a Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENNGCOY).

O efetivo do EB permaneceu inalterado até o 11º Contingente, onde passou então a ser composto, a partir do 12º Contingente (2010), por dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (1040 militares no primeiro e 809 no segundo batalhão), além de uma Companhia de Engenharia (com 250 homens desde o 8º contingente), perfazendo um total de 2099 militares (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 61).

Ocorrida a estabilização e reconstrução do Haiti, após o terremoto, o CSNU reduziu os efetivos da MINUSTAH. O Brasil voltou a ter apenas um batalhão e os efetivos do BRABATT e da BRAENNGCOY passaram a ser de 1.200 e 250 militares, respectivamente. Em 2015, ocorreu nova redução de efetivo, passando o BRABATT a ter 850 militares e a BRAENNGCOY 120 militares (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 61).

O trabalho realizado pelo Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) por meio da aplicação de técnicas de contato pessoal obteve várias informações de inteligência, produzindo informes sobre a atuação de forças adversas foi muito importante para a missão. Outro aspecto que mereceu atenção foram as iniciativas do Exército Brasileiro em mapear por meio de pesquisas de opinião junto à população haitiana o grau de aceitação das tropas brasileiras na sua área de atuação (PINHEIRO, 2015, p. 185)

No tocante a Cooperação Civil-Militar (CIMIC), a mesma passou a ser abordada como “coordenação” no lugar de “cooperação”. Tal postura mostrou o amadurecimento teórico desse tipo de atividade junto às tropas brasileiras, bem como revelou o engajamento mais eficiente com as organizações civis que atuaram no complexo cenário haitiano (PINHEIRO, 2015, p. 190).

### 4.1 O BATALHÃO DE INFANTARIA DE FORÇA DE PAZ

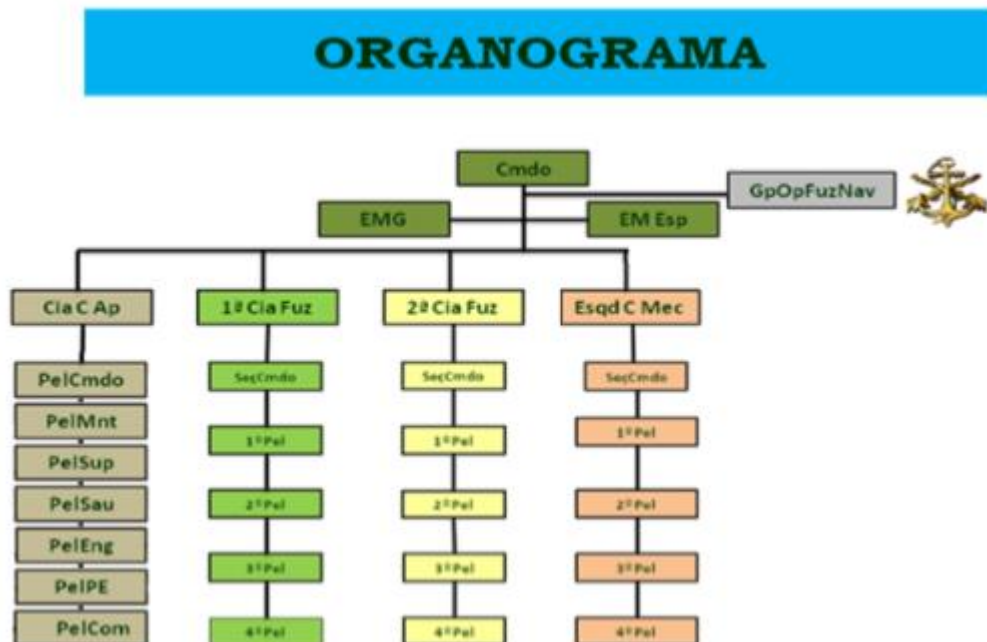
O BRABATT, no Haiti, foi uma Unidade (U) terciária (com três peças de manobra) acrescido de um Grupamento Operativo do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil, no mesmo valor de uma Companhia. As peças de manobra são constituídas por duas Companhias de Fuzileiros de Força de Paz (1ª e



2ª Cia Fuz F Paz) e do Esquadrão de Fuzileiros Mecanizados de Força de Paz (Esqd Fuz Mec F Paz), além da Companhia de Comando e Apoio (VILLANI, 2015, p.25).

A missão do BRABATT na MINUSTAH foi de proporcionar um ambiente seguro e estável, fazer a pacificação de áreas violentas e apoiar a Polícia Nacional Haitiana (PNH) (LIMA, 2017, p. 43).

Segundo TORREZAM (2016, p.25), as ações realizadas pelo BRABATT no Haiti foram as seguintes: escolta de comboio e segurança de autoridades; patrulhamento a pé e motorizado diuturno; estabelecimento de pontos de bloqueio e controle de vias urbanas nas principais avenidas e entroncamentos; segurança de locais/ estruturas estratégicas e canteiros de trabalho das tropas de engenharia; operações conjuntas com a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e a Polícia da ONU (UNPOL); operações de busca e apreensão e operações de controle de distúrbios civis.



**Figura 01 – Organograma do BRABAT**  
Fonte BRABAT, 22º contingente

De acordo com BANCKE (2017, p. 20), na MINUSTAH, o EB aprimorou a concepção de Ponto Forte (que reuniu as características de uma base de patrulha valor pelotão com as técnicas do ponto de segurança estático em operações de garantia da lei e da ordem).

O Ponto Forte tornou-se a ocupação de instalação dentro de um bairro conturbado, geralmente em local com dominância sobre a região, ocupada permanentemente por fração nível pelotão e de onde partiam grupos de combate para realizar o patrulhamento ostensivo. Este visou controlar permanentemente a segurança em determinado bairro, servindo de pólo irradiador de patrulhas para projeção de poder no intuito de inibir a ação de gangues (BANCKE, 2017, p.20).

As operações de cerco foram utilizadas no Haiti. Essas operações se caracterizaram pelo isolamento de uma área onde atua uma força adversa (F Adv), podendo ser rural ou urbana, ou, ainda, uma favela ou parte dela. Normalmente, precede outras operações, como o vasculhamento, operação de busca e apreensão, ou, simplesmente, visa a levantar informações sobre as F Adv em determinados locais (BANCKE, 2017, p.21).

Na MINUSTAH, o vasculhamento da área foi realizado para a prisão de pessoal, apreensão de material, obtenção de conhecimentos sobre as forças adversas, dentre outros. Destaque-se, também, que as operações psicológicas são amplamente utilizadas após a quebra do sigilo, buscando obter o apoio da população da área cercada (BANCKE, 2017, p.21).

Algumas missões necessitaram do apoio de blindados, com destaque para as seguintes:

#### **4.1.1 Patrulhas Mecanizadas**

A Área Operacional de Responsabilidade (AOR) do BRABATT foi dividida em subáreas. Estas subáreas eram de responsabilidades das subunidades de infantaria. Cada subárea foi dividida em células de patrulhamento, ficando o emprego das tropas blindadas nas áreas de maior periculosidade do momento, de forma a auxiliar as tropas de infantaria das suas áreas. Um ou mais Pel C Mec são escalados diariamente para realizar o patrulhamento de segurança mecanizado (VILLANI, 2015, p.33-34).

Cada patrulha dura, em média, três horas, considerando o tempo gasto em deslocamentos de ida até as células de patrulhamento e de retorno. Para não haver solução de continuidade, todos os GC saem do BRABATT sessenta minutos após a saída do GC anterior, de forma a sempre ter tropa mecanizada atuando na capital Porto Príncipe. Os demais pelotões permanecem ou na situação de reserva, podendo ser acionado a qualquer momento, ou de serviço na base (VILLANI, 2015, p.35).

Trata-se de um patrulhamento embarcado nas células de patrulhamento, assim como, eventualmente, pode haver um patrulhamento desembarcado, face à trafegabilidade e transitabilidade da VBTP em áreas compartimentadas. Neste momento, um militar permanece na torre da VBTP, observando os demais militares em solo, pronto para atuar como atirador de escolta. Ocorre, também, de forma estática, a operação de postos de bloqueio e controle de vias urbanas. Neste momento, busca-se observar a transitabilidade e realizar a verificação de veículos e indivíduos suspeitos (VILLANI, 2015, p.35).

#### **4.1.2 Reconhecimento operacional**

O BRABATT realizou reconhecimentos operacionais de vias de acesso dentro e fora da AOR (devidamente coordenado com os responsáveis), rodovias meridionais do país, postos de bloqueio e controle de estradas e vias urbanas (para a realização de Check Points e Static Points), reconhecimento de rotas de comboio, pontos fortes, posições de isolamento em operações de cerco e investimento dentro da AOR, dentre outras várias possibilidades de obtenção de informações (VILLANI, 2015, p. 36).

#### **4.1.3 Segurança de pessoal e instalações durante catástrofes naturais**

Com as previsões meteorológicas antecipando uma provável catástrofe natural no Haiti, o BRABATT planejou e executou contramedidas para amenizar os efeitos destas tempestades, bem como atuou em prol de sua segurança e da segurança da população. Os blindados foram posicionados na alameda onde se posicionavam as barracas dos integrantes do BRABAT, a fim de protegerem as mesmas dos ventos que se aproximavam, estavam preparados para transitarem por ruas inundadas e transporem vaus e estavam equipados com cordas e material salva-vidas (VILLANI, 2015, p. 37).

#### **4.1.4 Escolta de comboios**

Segundo VILLANI (2015, p. 38) esta missão é típica de tropas de infantaria da Polícia do Exército. No entanto, devido aos fatores da decisão, o comandante pode decidir por delegar esta atividade às tropas blindadas do BRABATT, como por exemplo

para transporte de armamentos, viaturas, escolta de tropas amigas, equipamentos de engenharia, dentre outras.

Os blindados são utilizados para fazer a escolta e segurança de comboios, operacionais ou administrativos. Sua proteção blindada e seu comando proporcionado à sua guarnição embarcada ocasiona demonstração de força e dissuasão durante estas operações militares (VILLANI, 2015, p. 38).

No reconhecimento de uma escolta serão levantados pontos importantes para a missão, tais como: trajeto principal do comboio, rotas alternativas, distâncias a serem percorridas, tempo de duração da escolta, pontos de controle, locais de parada, coordenadas geográficas dos locais de destino, a capacidade de comunicações com a base durante todo o trajeto (rádio, celular, internet), coordenação com outras nações (necessária para cruzar áreas de outros países), necessidade de intérpretes e a necessidade de pré-posicionamento de tropas (VILLANI, 2015, p. 38).

O destacamento precursor tem a missão de manter o movimento constante, verificando as condições de tráfego nos pontos de controle e a segurança inicial do movimento, busca liberar vias, enquanto que o Pelotão de Fuzileiros Mecanizado realiza a segurança do comboio durante toda a sua extensão, tendo seu poder de combate dividido na vanguarda e retaguarda da coluna de marcha (VILLANI, 2015, p. 40).

#### **4.1.5 Operações de cerco**

Nestas operações, o BRABATT empregou o Esqd Fuz Mec na realização do cerco do perímetro onde atuou. Todas as viaturas blindadas foram utilizadas para efetivamente isolarem todas as entradas no perímetro. A descentralização desta operação chegou ao nível de esquadra de grupo de combate devido a geografia urbana de Porto Príncipe (VILLANI, 2015, p. 42).

Segundo PINHEIRO (2015, p. 189), a fim de ilustrar os tipos de atividades militares executadas pelas tropas brasileiras da MINUSTAH, cabe destacar a explanação descrita no Relatório do BRABATT 2:

“1) Patrulhas motorizadas, a pé e mecanizadas: percorriam em períodos de duas horas, as vias de tráfego de veículos e vielas de passagens de pessoas, de forma ostensiva, com efetivo não excedente a um GC. Quando empregada

a viatura 1 Ton MARRUÁ, o efetivo era reduzido para 08 (oito) militares, tendo em vista a sua capacidade de transporte.

2) Static Point: local em que a patrulha se detém, normalmente uma passagem de pedestres, para observar, identificar e, se necessário, passar em revista os transeuntes. Quando presente uma Polícia Nacional Feminina, as pessoas do gênero feminino são também abordadas.

3) Check-point: normalmente planejado, tendo em vista a necessidade do poder de polícia e de revista pessoal e veicular, a patrulha se detém em uma via de tráfego de veículos e procede à revista por amostragem, principalmente motocicletas. As ocorrências são registradas e providenciadas pela UNPOL/PNH.

4) Segurança de área: um efetivo mínimo de um Pelotão cria um perímetro de segurança, de forma a permitir que as atividades desenvolvidas dentro dele tenham uma probabilidade reduzida de ocorrências criminais, ilegais ou de tumulto de pessoas. Conjuga, ainda, equipes de monitoramento interno a este perímetro, para o controle e a vigilância da respectiva atividade. Normalmente ocorrem em distribuição de alimentos ou de outros itens; de cadastramento de pessoas de uma comunidade; de eventos desportivos; de apoio a atividades CIMIC, realizadas pela Unidade; e afins.

5) Segurança de canteiro de engenharia: um efetivo compatível proporciona a segurança e o controle da circulação de pessoas em uma área ou instalação, onde máquinas e pessoal de Engenharia realizam trabalhos diversos, como limpeza de vias, de instalações, remoção de escombros, terraplenagem, aberturas de áreas para assentamentos, e etc.

6) Escortas: realizadas por efetivos embarcados, provêm a segurança física de pessoal ou material em deslocamento por um itinerário previamente reconhecido. Bastante solicitado para proteção de comboios de ajuda humanitária. Regularmente empregada para a proteção do pessoal da MINUSTAH em seus deslocamentos matinais e vespertinos, entre o local de trabalho e de residência.

7) Segurança de instalações: semelhante ao PSE, um efetivo variável provê a segurança física de instalações. Durante o período, foram realizadas no Palácio Nacional, no PONTO FORTE 12 (FORTE DIMANCHE), no PONTO FORTE PORTO, no FORTE NACIONAL, na Base Charlie (BRABATT2) e no Campo Charlie.

8) Segurança em IDP (Internal Displaced People): efetivo variável que compõe uma estrutura militar de vigilância e patrulhamento nas áreas povoadas por desabrigados. Atua no combate à criminalidade, violência contra pessoas, principalmente mulheres e crianças, e na prevenção do crescimento das gangues e comércio de drogas” (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 2, 2010, p. 15).

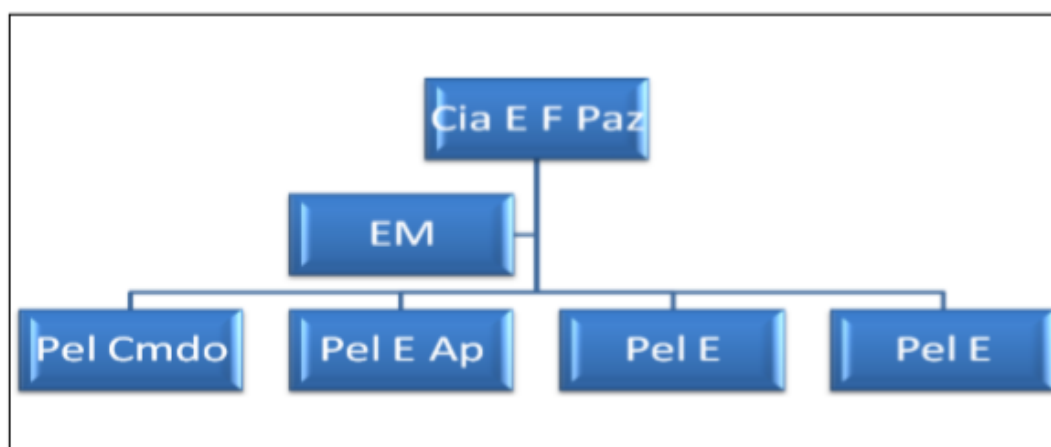
## 4.2 A COMPANHIA DE ENGENHARIA DE FORÇA DE PAZ (BRAENGCOY)

A composição da BRAENGCOY é bastante específica, porque não segue a organização utilizada em outras missões e por conseguinte também não segue a base de planejamento previsto no manual C5-1, que estabelece que a Cia deve ser

constituída por elementos de comando e apoio, manutenção e suprimento de água, combate, construção e pontes (MACHADO, 2009, p. 68).

A estrutura organizacional da BRAENGCOY foi definida com quatro pelotões, sendo um Pelotão de Comando, um Pelotão de Engenharia de Apoio e dois Pelotões de Engenharia. Esta organização foi baseada principalmente nos fatores relacionados com a missão da Cia e o terreno, sendo mais voltada para as atividades de construção (MACHADO, 2009, p. 68).

Este desdobramento da Cia no Haiti foi em função de aumentar a capacidade operativa do componente militar da MINUSTAH, vislumbrando-se, também, o potencial da mesma para trabalhos de engenharia em prol da sociedade local (MACHADO, 2009, p. 82).



**Figura 02 – Organograma da BRAENGCOY**  
 Fonte: MACHADO, 2009, p.68

Criada em 2005, momento em que se estabeleceu no Haiti com um efetivo de 150 militares, passando a 250 a partir de 2008, teve como missões cooperar para a manutenção de ambiente seguro e estável; prover apoio de Engenharia à MINUSTAH e apoiar a reconstrução do país. Dentre os trabalhos realizados, destacaram-se asfaltamento; produção e transporte de água tratada; reparo de estradas; regularização de terrenos; remoção de escombros e entulhos; limpeza de valas; perfuração de poços; e produção de brita, água e asfalto (MENDONÇA, 2017, p.02).

No Haiti, a Companhia de Engenharia participou do esforço de desenvolvimento do país, desempenhando atividades como perfuração de poços artesianos, construção de pontes e açudes, contenção de encostas, construção e reparação de estradas, além de atuar em missões de defesa civil, sobretudo após o terremoto ocorrido em 2010 (TORREZAM, 2016, p. 25).

Apesar de ter como objetivo primordial realizar trabalhos de engenharia em apoio às tropas das Nações Unidas, a companhia atendeu igualmente, com a orientação da ONU, as demandas emergenciais do governo haitiano e da comunidade. Seus trabalhos foram desde terraplenagem, asfaltamento de vias urbanas e perfuração de poços artesianos, até reformas de prédios das regiões mais carentes de Porto Príncipe (MACHADO, 2009, p. 72).

“Em uma primeira fase da missão, os trabalhos da Cia E F Paz estiveram mais voltados para o apoio às operações militares, como a desobstrução de ruas, destruição de engenhos falhados, patrulhas fluviais e trabalhos de infraestrutura em apoio as tropas da MINUSTAH” (MACHADO, 2009, p. 82).



**Figura 03 - BRAENCOY realiza trabalhos de desobstrução de ruas em Porto Príncipe**  
Fonte: MACHADO, 2009, p.70

“Em uma segunda fase da missão de paz, além dos trabalhos voltados para as operações militares, a Cia E F Paz passou a realizar uma série de trabalhos em benefício da população haitiana os chamados Projetos de Impacto Rápido, que visam a reconstrução nacional. Destacam-se os mais variados trabalhos, como a perfuração de mais de 30 poços artesianos, o tratamento de milhares de litros de água para atender escolas, creches e a população em geral, asfaltamento de ruas, construção de pontes de equipagem, recuperação de instalações de escolas e creches, socorro a desastres naturais, cursos profissionalizantes e muitos outros mais” (MACHADO, 2009, p. 83).



**Figura 04 - BRAENGCOY realiza recuperação do asfalto em Porto Príncipe**  
Fonte: MACHADO, 2009, p.72



**Figura 05 - BRAENGCOY realiza perfuração de poço para comunidade em Porto Príncipe**  
Fonte: MACHADO, 2009, p.74





**Figura 06 - Ponte de equipagem, lançada pela BRAENGCOY, para restabelecer o trânsito no Norte do Haiti**  
Fonte: MACHADO, 2009, p.76

Segundo LIMA (2017, p. 49), os militares do Pelotão de Engenharia do BRABATT 1 e da BRAENGCOY, após o terremoto de 2010, desobstruíram diversas ruas e vielas de Porto Príncipe e, ao mesmo tempo, em coordenação com órgãos de assistência humanitária, enterraram centenas de corpos em valas coletivas.

“A Companhia de Engenharia de Força de Paz foi engajada além dos limites doutrinários de emprego e assim se manteve, mesmo decorrido tempo considerável após o abalo sísmico, pois seus efeitos ainda subsistiam. Tornase, pois, uma tarefa bastante difícil, enumerar os trabalhos executados pelos engenheiros, mas nada do que era feito em socorro às vítimas e à minimização dos efeitos do terremoto ocorria sem a participação deles. Entretanto, pelo impacto nas providências imediatas, algumas tarefas devem ser exemplificadas, não somente pelo caráter de urgência que demandavam, mas até por questões de saúde pública, como a retirada de corpos das ruas e dos escombros e o preparo de locais para sepultamento coletivo, mediante orientação da Cruz Vermelha Internacional” (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 21)

Para cumprir estas missões, a Cia possuía os seguintes meio de construção:

Principais meios de construção da Cia E F Paz			
Equipamento/Viatura	Quantidade	Equipamento/Viatura	Quantidade
Motoniveladora	03	Carregadeira	03
Pavimentadora	01	Escavadeira Hidráulica	01
Trator de Esteira	02	Eqp Perfuração de Poço	01
Usina de Britagem	01	Caminhão Basculante	18
Usina de Asfalto	01	Caminhão Cisterna - Água	04

**Figura 07 – Meios de construção da BRAENGOY**  
**Fonte: MACHADO, 2009, p.69**

Diante do exposto, o apoio a reconstrução e ao desenvolvimento socioeconômico durante uma missão de paz, realizados por uma fração de engenharia, pode ser considerado essencial para o êxito da mesma e para a projeção do Poder Nacional do Brasil.

#### 4.3 COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

O ambiente em que as operações de missões de paz estão inseridas, no contexto da ONU, exige ao componente militar ações de cooperação civil-militar (TORREZAM, 2016, p. 36)

“As atividades de CIMIC são essenciais, pois fortalecem o relacionamento entre forças militares, autoridades civis e a população nativa da área sob a responsabilidade de uma autoridade militar, a fim de contribuir para o cumprimento da missão de um contingente militar e garantir um ambiente seguro e estável” (Brasil, 2014b, p 7-23).

Segundo TORREZAM (2016, p. 36) o adestramento do Exército em operações CIMIC na MINUSTAH, capacitou o militar brasileiro a atuar neste tipo de operação em qualquer outro tipo de conflito em que venha a tomar parte, além de servir de referência para a relação e parceria do EB com organizações civis no Brasil.

A estrutura de CIMIC, denominada Seção de Assuntos Civis, foi organizada como uma seção do Estado-Maior do Batalhão. O G-9 foi chefiado por um oficial superior e estava subdividida em 3 subseções: subseção de apoio à missão, subseção de apoio à comunidade e subseção de projetos, integradas por um oficial cada uma, e subseção de administração, integradas por 2 sargentos (ROMÃO, 2012, p. 26).

Segundo ROMÃO (2012, p. 26), as ações de Cooperação Civil-Militar foram classificadas em apoio à missão (apoio às ONGs) e apoio à comunidade (ações comunitárias e implementação de projetos sociais).

Segundo PINHEIRO (2015, p. 188), no âmbito da cooperação civil-militar, diversos projetos foram executados com o apoio do EB, dentre os quais destacamos:

a) RECONSTRUÇÃO DE ESCOLA COMUNITÁRIA EM CITÉ SOLEIL - em 28 de abril, foi inaugurada a Escola Mista Comunitária de Cité Gérard, na região de Cité Soleil. O trabalho de reconstrução foi realizado com recursos totalmente provenientes do BRABATT 1 e exaltou a importância da educação para o futuro do Haiti.

b) CONCLUSÃO E INAUGURAÇÃO DA PRAÇA DE CITÉ SOLEIL – este QIP (Projeto de Impacto Rápido), originário do 10º Contingente, foi interrompido e sua quadra esportiva foi ocupada por desabrigados e respectivas barracas. Com o apoio do Pel Eng (Pelotão de Engenharia) do Batalhão e com o remanejamento das famílias de desabrigados, foi possível instalar os brinquedos restantes e ultimar os reparos estruturais. Dessa forma, foi realizada a pintura comemorativa e a inauguração do local, após jogo de futebol.

c) QIP DE PESCA NA ILHA DE LA GONAVE – este projeto incrementou o potencial pesqueiro da Ilha de La Gonave, em particular, na comunidade de Point-a-Raquette, proporcionando melhores condições de alimentação e atividade comercial. Foi conduzido pelo GptOpFn.

d) QIP DE REFLORESTAMENTO - QIP iniciado neste Contingente, e com um horizonte de execução de um ano, sob o enfoque de minimizar o impacto ambiental do BRABATT ao meio ambiente haitiano. Pretende-se produzir 10.000 mudas de árvores para recuperação do meio ambiente do país, amplamente devastado ao longo de décadas, promovendo a formação de consciência ambiental seja dos militares do BRABATT, seja dos cidadãos e crianças haitianas.

e) QIP DA QUADRA ESPORTIVA DO BROOKLIN – a reforma deste espaço, transformando-o em um ambiente poliesportivo, beneficiará cerca de 3.000 moradores locais, e será mais uma opção de lazer, proporcionando melhoria da qualidade e redução da tensão urbana, através da prática desportiva.

f) QIP ESCOLA DE JEAN MARIE VICENTE – elaborado neste contingente, este QIP prevê a reforma da escola deste local onde se encontra um grande campo de deslocados (IDP). A responsabilidade da execução deverá ser transferida da 3ª Cia para o GptOpFn, devido à mudança das áreas de responsabilidade.

g) QIP da ONG Help Tammy Help Haiti - projeto encontra-se pré-aprovado e tem suas origens no 10º contingente. Foi recentemente reativado, e consiste na construção de uma clínica médica em BOSTON. No momento, aguarda-se somente a autorização do Ministério da Saúde do Haiti.

h) Cooperação com a UNICEF – consiste em um parceria de trabalho para a construção de uma escola-barraca em Cité Soleil (Liteau 2). Este modelo poderá ser replicado em diferentes locais da cidade de Porto Príncipe, com a UNICEF fornecendo o material de construção, o material e a merenda escolar para crianças, além dos recursos para pagamento de trabalhadores haitianos.

Até a última reunião, o Batalhão seria responsável pela condução e supervisão dos trabalhos.

i) Cooperação com a Embaixada Brasileira, através de uma assessoria militar – A partir do mês de Fev, a criação deste setor permitiu o desembaraço de vários assuntos de interesse do Batalhão (recebimento de material de ajuda humanitária, ações junto ao governo haitiano) e foi de grande importância para a cooperação às atividades daquela Embaixada” (MINISTÉRIO DA DEFESA, Relatório Final de Emprego, 12º Contingente, BRABATT 1, 2010, p. 12-13).

## 5 CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL (CCOPAB)



**Figura 08 – Fachada do CCOPAB, localizado no Rio de Janeiro**  
Fonte: CCOPAB, 2018

O treinamento dos militares que seriam desdobrados na MINUSTAH, em 2004, era feito com base na experiência de alguns contingentes nacionais em Angola e Moçambique. No entanto, o Haiti representava um novo desafio, uma vez que a missão era nova (SERRANO, 2017, p.01).

Depois dos três primeiros contingentes, verificou-se a necessidade de implantação de uma sistemática de treinamento, a fim de aproveitar o conhecimento adquirido no terreno para melhorar a preparação da tropa. Com isso, o Exército criou o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), com sede no 57º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola), no Rio de Janeiro-RJ (SERRANO, 2017, p.01).

A partir de 2006, o CIOPaz instituiu série de estágios que capacitavam os oficiais integrantes do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABAT) e da Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOPY), tanto na sede do preparo, quanto no próprio quartelamento do Centro. Após essa etapa, os oficiais repassavam o conteúdo aos subordinados, fazendo com que o conhecimento atingisse todos os militares que participariam da MINUSTAH (SERRANO, 2017, p.01)

Passado o primeiro período de uso da força no Haiti (2004 a 2007), o CIOPaz teve que adequar sua sistemática de treinamento, adaptando-se às constantes mudanças que a missão trazia para o emprego das tropas brasileiras. Buscou-se realizar exercícios com o máximo de realismo possível (SERRANO, 2017, p.01).

A partir de 15 de junho de 2010, em virtude da necessidade de treinamento integrado entre as três Forças Singulares (Marinha, Exército e Força Aérea), o CIOPaz teve a denominação alterada para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), mantendo sua subordinação ao Exército, mas passando a ser vinculado ao Ministério da Defesa. Desta maneira, a Organização Militar passou a ter integrantes das três Forças Armadas e ampliou sua atuação junto a outros órgãos e instituições governamentais (SERRANO, 2017, p.02).

O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que tem a denominação histórica de Centro Sergio Vieira de Mello, foi fruto das demandas criadas ao longo da história da MINUSTAH, bem como do alinhamento do pensamento diplomático nacional e do Ministério da Defesa com as novas diretrizes do mais alto escalão do Secretariado da ONU (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 25).

O CCOPAB ficou responsável por preparar os Batalhões de Infantaria (houve períodos com dois batalhões) e uma Companhia de Engenharia para serem desdobrados no Haiti, onde o ciclo de preparo dos contingentes brasileiros para missões de paz foi composto pelos seguintes estágios: Preparação para Comandantes e Estado-Maior; Preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão; Coordenação Civil-Militar; Logística e Reembolso; Tradutores e Intérpretes Militares; Básico e Avançado para Operações de Paz. Essa estrutura ocorreu em um período aproximado de quatro meses e mostrou-se eficiente, de acordo com os resultados obtidos na MINUSTAH (SERRANO, 2017, p.02).

Segundo BANCKE (2017, p. 18), CCOPAB desenvolveu, durante a MINUSTAH, as seguintes atividades: Estágio de Preparação de Comandante de Organização Militar e Estado-Maior para Missões de Paz (EPCOEM); Estágio de Preparação de Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL); Estágio de Preparação de Comandantes de Grupos de Combate (EPCOGC); Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz; Estágio de Tradutores e Intérpretes Militares (ETIMIL); Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP); Curso de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR); Estágio de Coordenação Civil- Militar em Operações de Paz (CIMIC); Curso de Desminagem Humanitária; Curso para

Assessores de Imprensa e Jornalistas em Áreas de Conflito; e Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP).

De acordo com HAMANN; TEIXEIRA (2017, p. 31) o CCOPAB conduz, atualmente, de maneira regular, os seguintes estágios e exercícios para tropa, indivíduos e desminagem:

Para tropa:

- Estágio de Preparação para Comandantes de Organização Militar e Estado-Maior para Missões de Paz (EPCOEM);
- Estágio de Tradutores e Intérpretes militares (ETIMIL);
- Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e de Pelotão para Missões de Paz (EPCOSUPEL);
- Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz (ELROP);
- Estágio de Proteção de Civis (EPC);
- Estágio de Coordenação Civil-Militar (CIMIC);
- Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP); e
- Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), onde todos os estágios de tropa estão sendo adaptados ao módulo United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System (UNPCRS), visando a atender as futuras demandas de participação do Brasil em operações de paz.

O UNPCRS é a forma de os Estados-membros oferecerem suas capacidades operativas para as operações de paz. Neste sistema, após o primeiro oferecimento (nível 1), o DPKO realiza visita obrigatória de inspeção às unidades ofertadas, dando aval ao prosseguimento para novas etapas (nível 2), que culminam na assinatura de um memorando de entendimento (nível 3). Atualmente, as ofertas brasileiras estão no nível 2 (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 31).

Para Indivíduos:

- Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP);
- Estágio para Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito (EPJAIAC);
- Estágio de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis (EPCAAI);
- Estágio de Segurança e Salvaguarda em Ambientes Hostis (SSAFE); e
- Estágio de Preparação para Entrevista de Candidatos ao DPKO (EPEC-DPKO).

Para Desminagem:

- Estágio de Ação Contra-Minas, em substituição ao Estágio de Desminagem Humanitária, que foi realizado até o primeiro semestre de 2017.

Para conduzir estas atividades, o Centro conta com a seguinte estrutura:



**Figura 09 – Organograma do CCOPAB**

Fonte: CCOPAB, 2018

Os EPCOEM, EPCOSUPEL, EAOP, ETIMIL e ELROP serão explicados com mais detalhes abaixo devido a grande importância dos mesmos para as operações de paz.

O Estágio de Preparação para Comandantes de Organização Militar e Estado-Maior para Missões de Paz é o marco para o início da preparação técnica necessária para o desenvolvimento das atividades de emprego de um Contingente de tropa em uma missão sob a égide da Organização das Nações Unidas. Com duração de duas semanas, o estágio é conduzido nas instalações do CCOPAB, desde 2010. Tem por objetivo a capacitação profissional do Comando e do Estado-Maior das Organizações Militares de Força de Paz. Para isso, o estágio é composto por grade de instruções que inclui assuntos voltados ao funcionamento da ONU e específicos para a missão onde o contingente será empregado (DA SILVA, 2017, p. 29).

O Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e de Pelotão para Missões de Paz prepara os oficiais já designados para exercerem funções específicas de Comandantes de SU e Pel, habilitando-os também a conduzir o treinamento de suas frações como instrutores. São ministrados assuntos referentes às táticas, técnicas e procedimentos utilizados na missão de paz, com ênfase no tiro e aproveitamento do terreno, complementados pelas regras de engajamento e módulos



de treinamento padronizados pelas Nações Unidas. O estágio transcorre no CCOPAB e tem a duração de duas semanas (DA SILVA, 2017, p. 32).

O Exercício Avançado de Operações de Paz é um exercício realizado no final do período de preparação, onde o Batalhão recebe uma Área de Responsabilidade figurada. Tem por objetivo avaliar o preparo, o adestramento e a eficiência profissional em uma operação de paz e consolidar o espírito de corpo e sentimento de cumprimento de missão entre os integrantes do contingente. Na sua área de responsabilidade, a tropa deve desenvolver e participar de diversas atividades sincronizadas conforme uma matriz de eventos. O mesmo é apoiado por acadêmicos de diversos segmentos, órgãos de utilidade pública e profissionais de imprensa inseridos no contexto do exercício (DA SILVA, 2017, p. 39).

Convém destacar, também, o Estágio para Tradutores e Intérpretes militares, surgido por força da necessidade verificada no emprego da missão no Haiti e o Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz, que veio preencher a lacuna sobre o processo de reembolso conduzido pelas Nações Unidas, bem como sobre os principais atores brasileiros envolvidos nas funções logísticas das Forças Armadas (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 30).

## 6 EVOLUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE BASEADA NA EXPERIÊNCIA DA MINUSTAH

Em alinhamento com a PND e a END e a necessidade premente de desenvolver capacidades completas, o EB adotou a geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). Desta maneira, o desenvolvimento de capacidades, seguindo a orientação dos diplomas legais brasileiros, é baseado na análise da conjuntura e em cenários prospectivos, com o objetivo de identificar as ameaças concretas e potenciais ao Estado e interesses nacionais (BRASIL, 2014, p. 3-3).

“Capacidade é a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI. Para que as unidades atinjam o nível máximo de prontidão operativa, é necessário que possuam as capacidades que lhes são requeridas na sua plenitude” (BRASIL, 2014, p. 3-3).

O atual ambiente operacional, caracterizado por demandas multifacetadas, requer inúmeras especialidades, onde a F Ter deve buscar o desenvolvimento de capacidades, priorizando a geração de módulos sustentáveis com capacidades completas (DOAMEPI), com todas as funcionalidades de combate, e de acordo com as demandas das áreas estratégicas e interesses nacionais (BRASIL, 2014, p.6-1).

Para obter uma determinada capacidade, deve-se realizar a sinergia entre sete fatores: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI). Nas capacidades formuladas para a F Ter, encontramos a efetividade na doutrina militar e a projeção internacional em apoio à política exterior do país (SANTOS, 2017, p.01).

A pacificação do Haiti e aspectos ligados à área judicial, criminal e de direitos humanos, com os limites necessários ao uso da força, trouxeram ensinamentos importantíssimos e implicações que aperfeiçoaram a forma de emprego do Exército Brasileiro, inclusive nas ações de Garantia da Lei e da Ordem. Podemos dizer, sem dúvida, que a pacificação do Haiti mudou a face do Exército de hoje (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 60).

A pacificação do Haiti, realizada durante a MINUSTAH, pode ser metodizada em cinco fases distintas, às vezes sobrepostas, as quais aperfeiçoaram o emprego da Força Terrestre:

- 1ª Fase (2005): pacificação de Bel Air (3º CONTBRAS).
- 2ª Fase (2006): pacificação de Cité Militaire (5º CONTBRAS).
- 3ª Fase (de 2007 a 2014): pacificação de Cité Soleil (6º ao 22º CONTBRAS).
- 4ª Fase (de 2007 a 2010): manutenção da estabilidade e segurança na área do CONTBRAS e sufocação de gangues na área de responsabilidade do BRABATT.
- 5ª Fase (de 2010 a 2014): reconstrução do ambiente de segurança deteriorado pelo terremoto (2010), com foco em Cité Soleil (HAMANN; TEIXEIRA, 2017, p. 60).

Sob essa ótica, após treze anos de presença no Haiti, tornou-se oportuna uma breve reflexão acerca da experiência dessa atuação para a DMT. Desta maneira, fruto do preparo e do emprego de 26 contingentes, podemos observar influências e contribuições para as capacidades acima destacadas, segundo os seguintes aspectos do DOAMEPI (SANTOS, 2017, p.01):

## 6.1 DOCTRINA

A Doutrina é o fator base para os demais fatores, estando materializado nos produtos doutrinários. Como exemplo, a geração de capacidades de uma Unidade inicia-se com a formulação de sua Base Doutrinária, que considera a gama de missões, atividades e tarefas que essa Unidade irá cumprir, em operações (BRASIL, 2014, p.3-3).

Nessa direção, o emprego da MINUSTAH demandou ação ao longo do espectro do conflito, alternando cenários de crise e de paz instável, implicando na combinação de atitudes por parte dos contingentes, incluindo ações defensivas, ofensivas e de estabilização (SANTOS, 2017, p.01)

Dessa maneira, contribuiu com a DMT na concepção do conceito operativo do Exército - Operações no Amplo Espectro, onde as forças a serem empregadas devem estar aptas a combinar atitudes, simultânea ou sucessivamente, em operações ofensivas, defensivas, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais, tudo isso em um ambiente conjunto e interagências e, por vezes, multinacional (BRASIL, 2014, p.1-2).

## 6.2 ORGANIZAÇÃO

A Organização (e processos) se expressa por meio da Estrutura Organizacional dos elementos de emprego da F Ter. Algumas capacidades são obtidas por processos, com vistas a evitar competências redundantes, contempladas em outras estruturas (BRASIL, 2014, p.3-3).

Nessa conjuntura, tendo em vista as inúmeras demandas vividas no Haiti, configuraram-se as estruturas denominadas BRABATT (Brazilian Battalion) e BRAENGCOY (Brazilian Engineer Company), destacando a adição de um segundo BRABATT, em virtude da crise humanitária advinda do terremoto de 12 de janeiro de 2010 (SANTOS, 2017, p.02).

Desta forma, a MINUSTAH contribuiu para que a DMT adotasse a organização baseada nas características Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade (FAMES), na busca de resultados decisivos por meio do emprego gradual e proporcional à ameaça (SANTOS, 2017, p.02).

## 6.3 ADESTRAMENTO

O Adestramento engloba as atividades de preparo, obedecendo a programas e ciclos específicos, com a utilização de simulação em todas as suas modalidades: virtual, construtiva e viva (BRASIL, 2014, p.3-3).

O emprego real na MINUSTAH fez com que surgisse a necessidade de preparação específica de tiro, criando-se módulos conduzidos fora dos estandes convencionais. Os módulos didáticos de tiro chamados de Módulo de Tiro de Instrução Avançado (MTIA), Módulo Especial de Combate Básico (MECB), Módulo Especial de Combate Avançado (MECA) e o Módulo Especial de Tiro Rápido (METR), foram contextualizados para o combate em localidade, preparando os militares para situações extremas possíveis de serem enfrentadas no Haiti. A difusão destes módulos entre os oficiais e sargentos aumentou o aprimoramento tático das frações do Exército para operar em outros Teatros de Operações (BANCKE, 2017, p.22).

Influenciado pelo compromisso com a MINUSTAH, em 2005, o EB criou o Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz), o qual evoluiu posteriormente (2010) para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) (SANTOS, 2017, p.02).

Desta maneira, a MINUSTAH contribuiu para que a DMT adotasse um Centro especializado na preparação dos militares envolvidos em missão de paz, o qual é considerado, atualmente, como um centro de adestramento de excelência mundial (SANTOS, 2017, p.02).

#### 6.4 MATERIAL

O Material são todos os materiais e sistemas usados na F Ter, acompanhando a evolução de tecnologias de emprego militar e com base na prospecção tecnológica. O mesmo é expresso pelo Quadro de Distribuição de Material dos elementos de emprego, incluindo as necessidades decorrentes da permanência e sustentação das funcionalidades desses materiais e sistemas, durante todo o seu ciclo de vida. (BRASIL, 2014, p.3-3).

As operações no Haiti otimizaram o uso de armamento não letal, como cartucho de borracha, gás lacrimogênio, spray de pimenta, dentre outros, devido às limitações para o uso da força e da densidade de civis no ambiente (SANTOS, 2017, p.02).

Com o intuito de preservar o bem-estar físico dos militares, ampliou-se o emprego de equipamentos de proteção individual, de plataformas blindadas e de sistemas adicionais de blindagem, como a proteção blindada do motorista (PBM) e a proteção blindada do atirador (PBA), aplicadas nos Veículos Blindados de Transporte de Pessoal (VBTP). Desta forma, a MINUSTAH contribuiu para uma maior abrangência da função de combate proteção na Doutrina Militar Terrestre (DMT) (SANTOS, 2017, p.02).

#### 6.5 EDUCAÇÃO

A educação abrange todas as atividades continuadas de capacitação e habilitação, formais e não formais destinadas ao desenvolvimento do integrante da F Ter quanto à sua competência individual requerida. Essa é entendida como a capacidade de mobilizar, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências, para decidir e atuar em situações diversas. Dentre essas, ressalta-se o desenvolvimento da Liderança Militar, fator fundamental na geração das capacidades. (BRASIL, 2014, p.3-4).

“A participação na MINUSTAH é um excelente exercício da liderança para os comandantes de frações. Atuando à frente de seus subordinados nas atividades operacionais, provendo a logística, compartilhando das mesmas angústias e desafios e ainda assim prestando o suporte psicológico aos seus homens, o comandante de fração pode desenvolver os atributos de liderança preconizados nos manuais e transmitidos nas escolas de formação” (BANCKE, 2017, p. 25).

O emprego na MINUSTAH promoveu a exposição ao ambiente multinacional, sob a égide da ONU, demandando: capacidade linguística para a coordenação das operações, compreensão do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) para o devido uso da força e liderança militar continuada (SANTOS, 2017, p.02).

Desta maneira, tal cenário influenciou a DMT, uma vez que fomentou o ensino de idiomas e implicou na inserção do DICA na instrução militar, criando melhores condições para a projeção internacional de poder (SANTOS, 2017, p.02).

## 6.6 PESSOAL

O Pessoal compreende todas as atividades relacionadas aos integrantes do EB, nas funcionalidades: plano de carreira, movimentação, dotação e preenchimento de cargos, serviço militar, higidez física, avaliação, valorização profissional e moral. (BRASIL, 2014, p.3-4).

O emprego de cerca de 37.500 militares na MINUSTAH propiciou oportunidade de habilitar homens e mulheres da Força Terrestre para atuar no amplo espectro, em cenários voláteis e imprevisíveis (SANTOS, 2017, p.02). O Quadro de Cargos Previstos (QCP) do BRABATT foi ajustado e adaptado durante a MINUSTAH. De acordo com as fases da missão foram constatadas necessidades e contempladas vagas para pessoal especializado participar do contingente brasileiro (BANCKE, 2017, p. 29).

Desta forma, a experiência criou massa crítica capaz de operar com adaptabilidade, requisito crucial à DMT para o uso da força no presente século. (SANTOS, 2017, p.02).

## 6.7 INFRAESTRUTURA

A Infraestrutura abrange todos os elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte à utilização e ao preparo dos

elementos de emprego, de acordo com a especificidade de cada um e o atendimento a requisitos de exercício funcional (BRASIL, 2014, p.3-4).

Assim sendo, o desdobramento no Haiti durante 13 anos criou a demanda de otimização da mobilização e do fluxo logístico no EB. Desta maneira, a MINUSTAH influenciou a criação da Base de Apoio Logístico da Força e levou à ativação da Célula Logística de Apoio ao Contingente do Haiti (CLACH), liderada pelo Comando Logístico (COLOG), aprimorando a perspectiva das características FAMES, mencionadas acima, no âmbito da Doutrina Militar Terrestre. (SANTOS, 2017, p.02).

Segundo BANCKE (2017, p. 28) a CLACH tem as seguintes atribuições: acompanhar a situação logística, visando adotar as medidas particulares de transporte, suprimento e manutenção e de integrar-se ao planejamento das OM do CONTBRAS HAITI, no que se refere ao aspecto logístico existente na Área de Operações. Pedidos de serviços e suprimentos, bem como a coordenação do transporte relativa a esses pedidos, são de responsabilidade, no Haiti, dessa célula.

“Cabe à CLACH, ainda, fornecer os subsídios necessários que permitam ao COLOG: a. disponibilizar ao Estado-Maior do Exército as informações relativas às lições aprendidas pertinentes à elaboração e/ou revisão dos Quadros Organizacionais das OM de Força de Paz; b. sugerir ao EME medidas para o aperfeiçoamento e/ou desenvolvimento da Doutrina Logística, que afetem a operacionalidade do CONTBRAS HAITI; c. realizar a revisão técnica da proposta do Quadro de Dotação de Material (QDM), no tocante aos equipamentos principais e aos de auto-sustentabilidade; d. coordenar o processo de aquisição e remanejamento dos meios a serem alocados no CONTBRAS HAITI; e e. planejar e controlar as atividades de manutenção do material a ser empregado pelo CONTBRAS HAITI” (BANCKE, 2017, p. 28).

## 7 CONCLUSÃO

Esse capítulo tem como objetivo apresentar as ideias relacionadas a possibilidade de atuação do Exército Brasileiro (EB) em missões internacionais com a experiência proporcionada pela participação na MINUSTAH, buscando contribuir para a projeção internacional do Exército Brasileiro em apoio à política exterior do Brasil.

A MINUSTAH foi a missão de paz de maior duração em que o Exército Brasileiro participou. Durou de 2004 a 2017, totalizando 13 anos, e com faseamento distintos durante esse período. Em uma visão geral, verificamos que no período de 2004 a 2007 foi de pacificação; de 2007 a 2010 de manutenção da estabilidade e segurança, e de sufocação de gangues na área de responsabilidade do BRABATT; de 2010 a 2014 de reconstrução do ambiente de segurança deteriorado pelo terremoto, com foco em Cité Soleil; e de 2014 a 2017 de manutenção da estabilidade.

O objeto de estudo foram aquelas experiências que possuem aplicação em qualquer área do mundo, sendo excluídas aquelas específicas do Haiti. De acordo com a pesquisa realizada, a experiência proporcionada pela participação na MINUSTAH proporcionou diversos conhecimentos para participação da Força em outras missões de paz, os quais passaremos a descrever:

O EB tem a capacidade de atuar com o Batalhão de Infantaria de Força de Paz (no máximo de 02), com a Companhia de Engenharia de Força de Paz e com o Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) a fim de cumprir sua missão de operação de paz.

O BRABATT está apto a realizar as seguintes missões: estabelecimento de pontos de bloqueio e controle de vias urbanas nas principais avenidas e entroncamentos; segurança de locais/ estruturas estratégicas; operações conjuntas com a Polícia Nacional do País e a Polícia da ONU (UNPOL); ocupação de ponto forte (aprimorada na MINUSTAH); operações de cerco (aprimorada na MINUSTAH); operações de busca e apreensão; operações de controle de distúrbios civis; patrulhas motorizadas, a pé e mecanizadas; Static-point; Check-point; segurança de área; segurança de canteiro de engenharia; escoltas; segurança de instalações e segurança em IDP.

Cabe destacar que o uso do blindado é de extrema importância nas patrulhas mecanizadas, reconhecimento operacionais, escolta de comboios e operações de cerco.



A BRAENGCOY está apta para realizar as seguintes atividades:

- Trabalhos de apoio as operações militares (desobstrução de ruas; destruição de engenhos falhados; apoio as patrulhas fluviais; e trabalhos de infraestrutura em apoio as tropas da missão).

- Trabalhos em benefício da população local, os chamados Projetos de Impacto Rápido, que visam a reconstrução nacional (asfaltamento; reparo de estradas; construção de pontes e açudes; produção e transporte de água tratada; regularização de terrenos; contenção de encostas; remoção de escombros e entulhos; limpeza de valas; perfuração de poços; produção de brita e asfalto; atuação em missões de defesa civil; reformas de prédios; recuperação de instalações de escolas e creches; socorro a desastres naturais; e cursos profissionalizantes).

Outra experiência foi a expertise adquirida pelo Destacamento de Operações Psicológicas (DOP) por meio da aplicação de técnicas de contato pessoal, obtendo várias informações de inteligência e produzindo informes sobre a atuação das forças adversas.

As ações de Cooperação Civil-Militar são classificadas em apoio à missão (apoio às ONGs) e apoio à comunidade (ações comunitárias e implementação de projetos sociais). O adestramento do Exército Brasileiro em operações CIMIC ocorreu na MINUSTAH, onde capacitou o militar brasileiro a atuar neste tipo de operação em qualquer outro tipo de conflito em que venha a tomar parte, servindo de referência para a relação e parceria do EB com organizações civis no Brasil.

Na MINUSTAH desenvolveu-se uma estrutura de CIMIC, denominada Seção de Assuntos Cívicos, organizada como uma seção do Estado-Maior do Batalhão. O G-9 foi chefiado por um oficial superior e estava subdividida em 3 subseções: subseção de apoio à missão, subseção de apoio à comunidade e subseção de projetos. Tanto o BRABATT, como a BRAENGCOY, se especializou nessa atividade.

Fruto das demandas criadas ao longo da história da MINUSTAH, no tocante a preparação dos contingentes, a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) foi um dos maiores legados proporcionados pela missão de paz do Haiti.

Hoje, o EB possui um centro altamente capacitado na preparação de militares para as missões de paz, o qual possui capacidade de conduzir os seguintes estágios e exercícios para tropa e indivíduos:

Para tropa: Estágio de Preparação para Comandantes de Organização Militar e Estado-Maior para Missões de Paz; Estágio de Tradutores e Intérpretes militares; Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e de Pelotão para Missões de Paz; Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz; Estágio de Proteção de Civis; Estágio de Coordenação Civil-Militar; Exercício Básico de Operações de Paz; e Exercício Avançado de Operações de Paz, onde todos os estágios de tropa estão sendo adaptados ao módulo United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System (UNPCRS), visando a atender as futuras demandas de participação do Brasil em operações de paz.

Para Indivíduos: Estágio de Preparação para Missões de Paz; Estágio para Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito; Estágio de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis; Estágio de Segurança e Salvaguarda em Ambientes Hostis; e Estágio de Preparação para Entrevista de Candidatos ao DPKO (EPEC-DPKO).

Para Desminagem: Estágio de Ação Contra-Minas.

Na DMT, o preparo e o emprego dos 26 contingentes da MINUSTAH ocasionou influências e contribuições para os aspectos do DOAMEPI.

Na Doutrina contribuiu na concepção do conceito operativo do Exército - Operações no Amplo Espectro, onde as forças a serem empregadas devem estar aptas a combinar atitudes, simultânea ou sucessivamente, em operações ofensivas, defensivas, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais, tudo isso em um ambiente conjunto e interagências e, por vezes, multinacional.

Na Organização contribuiu para que fosse adotada a organização baseada nas características Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade (FAMES), na busca de resultados decisivos por meio do emprego gradual e proporcional à ameaça.

No Adestramento contribuiu para que a DMT adotasse um centro especializado na preparação dos militares envolvidos em missão de paz, o qual é considerado, atualmente, como um centro de adestramento de excelência mundial, conforme descrito anteriormente.

No Material otimizou o uso de armamento não letal, como cartucho de borracha, gás lacrimogênio, spray de pimenta, dentre outros, devido às limitações para o uso da força e da densidade de civis no ambiente. Ampliou-se, também, o emprego de equipamentos de proteção individual, de plataformas blindadas e de sistemas

adicionais de blindagem, como a proteção blindada do motorista (PBM) e a proteção blindada do atirador (PBA), aplicadas nos Veículos Blindados de Transporte de Pessoal (VBTP), contribuindo para uma maior abrangência da função de combate proteção na DMT.

Na Educação aprimorou o desenvolvimento dos atributos da liderança, fomentou o ensino de idiomas e implicou na inserção do DICA na instrução militar, criando melhores condições para a projeção internacional de poder.

No Pessoal, o Quadro de Cargos Previstos (QCP) do BRABATT e BRAENGCOY foi ajustado e adaptado durante a MINUSTAH. De acordo com as fases da missão foram constatadas necessidades e contempladas vagas para pessoal especializado participar do contingente brasileiro, criando uma massa crítica capaz de operar com adaptabilidade, requisito crucial à DMT para o uso da força no presente século.

Na Infraestrutura contribuiu para a criação da Base de Apoio Logístico da Força e levou à ativação da Célula Logística de Apoio ao Contingente do Haiti (CLACH), liderada pelo Comando Logístico (COLOG), aprimorando a perspectiva das características FAMES, mencionadas acima, no âmbito da Doutrina Militar Terrestre.

Diante do exposto, verificamos que o Exército Brasileiro adquiriu uma experiência para participar de missões de paz, durante a MINUSTAH, que permite que o mesmo tenha capacidade de preparação (por meio do CCOPAB), de emprego em operações e CIMIC (por meio do BRABATT, BRAENGCOY e DOP) e de apoio logístico (por meio da Célula Logística de Apoio ao Contingente), evidenciando a capacidade de projeção da Força Terrestre no âmbito internacional, tornando-se de extrema importância para a Política Externa Brasileira.

## 8 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 35. ed. Brasília, DF. Edições Câmara, 2012.

\_\_\_\_\_. **Política nacional de Defesa**. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2016

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. **MD51-M-04: Doutrina Militar de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF, 2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-MC-10.211: Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**. 1. ed. Brasília, DF, 2014.

\_\_\_\_\_. Exército. ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. Exército. ECEME. **Formatação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2007.

DA SILVA, Vladson Bancke. **A importância para o Brasil da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti**. 2017. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

DIAS, Alfredo José Ferreira. **A Participação das Forças Armadas no Haiti, pós Terremoto 2010**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global**. Editora Atlas, 2010.

FAÇANHA, Luiza Café Figueiredo. **As Motivações da política externa brasileira para Participar das Missões de Paz das Nações Unidas: O Caso do Haiti**. Apresentado na II Conferência da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Disponível em: <[http://www.abedef.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=73](http://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=73)>. Acesso em: 09 março 2018.

HAMANN, E.D; TEIXEIRA, C.A.R. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.** Edição especial - Coletânea de artigos 2017. Instituto Igarapé; CCOPAB, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

KENKEL, Kai Michael. **Democracia, ajuda humanitária e operações de paz na política externa brasileira recente: as escolhas de uma potência emergente** in George D. Landau et al (org.). *O Brasil no Contexto Político regional.* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010, p. 24-33.

KENKEL, Kai Michael. **Interesses e identidade na participação do Brasil em Operações de Paz.** Rio de Janeiro, 2011.

KENKEL, Kai Michael. **South America and Peace Operations: Coming of Age.** London: Routledge, 2013.

LIMA, Moacir Mendonça. **A participação do Exército Brasileiro (EB) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, nopós terremoto: contribuições para a projeção internacional do EB em apoio à política exterior do Brasil.** 2017. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Jonny Ferreira Machado. **A atuação da Companhia de Engenharia de Força de Paz na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH: colaborando para a projeção do Poder Nacional.** 2009. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

MENDONÇA, Marcos Venicio. **Brasil no Haiti, um caso de sucesso.** 2017. Artigo do EBlog do Exército Brasileiro, Brasília, DF, 2017.

MILANI, Carlos R. S. **Atlas da política externa brasileira.** Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 2014.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz.** Prefácio de Ronaldo Sardenberg. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NASSER, Filipe. **Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas** em Kai Michael Kenkel et al (org.). *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação.* Brasília: IPEA, 2012, p. 213-237.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **A ATUAÇÃO MILITAR BRASILEIRA NA MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti** 2015. 237f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de

Brasília como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Brasília, 2015.

ROMÃO, Cesar Henrique. **A Coordenação Civil-Militar (CIMIC) na Força de Paz Brasileira da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) como um dos instrumentos da Política Externa do Brasil para o Haiti, no período pós-terremoto. 2012.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Daniel Mendes Aguiar. **O legado da participação do Exército Brasileiro na MINUSTAH e a evolução da Doutrina Militar.** 2017. Artigo do EBlog do Exército Brasileiro, Brasília, DF, 2017.

SÁ, Jessica Espíndola de. **A decisão brasileira de participar da MINUSTAH.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Rio de Janeiro, 2015. 142 p.

SERRANO, José Renato Gama de Mello. **Haiti e a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.** 2017. Artigo do EBlog do Exército Brasileiro, Brasília, DF, 2017.

TORREZAM, Rodrigo Campos. **Participação do Exército Brasileiro em Operações de Paz: Visão de Futuro** 2016. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

VILLANI, Rodrigo Kluge. **O Emprego de Viaturas Blindadas pelo Batalhão de Infantaria de Força de Paz na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).** 2015. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.